

TEMPO DE ESPERAR: A RESISTÊNCIA, ESTRATÉGIAS E LUTA
EM ACAMPAMENTOS MST NO OESTE DO PARANÁ
*TIEMPO DE ESPERA: RESITENCIA, ESTRATEGIAS Y LUCHA EN
LOS CAMPAMENTOS DE MST EN EL OESTE DE PARANÁ*

Maria Cristina Lobregat¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas interpretações produzidas a partir das experiências etnográficas vividas durante a pesquisa de doutorado vinculada ao PPGSCF- Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), cujo objetivo consistia em interpretar as variadas estratégias de espera e resistência de trabalhadores sem-terra, em situação de “liminaridade” (TURNER, 2013) em dois Acampamentos MST localizados em São Miguel do Iguçu e Agro Cafeeira (Distrito de Matelândia), ambos na região oeste do Paraná. Os dados foram obtidos por meio da observação participante, entrevistas nos acampamentos e anotações em caderno de campo. O grupo social de trabalhadores rurais sem-terra, consiste em um conjunto de famílias que retornaram ao Brasil no início dos anos 2000 e integraram-se ao MST após a experiência de viver no Paraguai. As análises das narrativas retomam as memórias de luta e resistência que compõem o tempo de espera pela terra. Nesse sentido, as interpretações das possibilidades conclusivas refletem as estratégias de resistência, luta e espera pela terra após as ocupações/despejos, bem como das constituições dos “lugares” familiares e coletivos dentro dos acampamentos que definem o provisório em um “tempo de espera” longo pelo período de existência de cada acampamento (entre 5 e 15 anos em 2019), são o tempo e o espaço materializando a luta e resistência na experiência do trabalhador acampado.

Palavras-chave: Etnografia. Acampamentos MST. Resistência. Espera.

RESUMEN

Este artículo presenta algunas interpretaciones producidas a partir de las experiencias etnográficas vividas durante la investigación doctoral vinculada al PPGSCF- Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), cuyo objetivo fue interpretar las variadas estrategias de espera y resistencia de los trabajadores sin tierra, en una situación de "liminalidad" (TURNER, 2013) en dos campamentos del MST ubicados en São Miguel do Iguçu y Agro Cafeeira (Distrito de Matelândia), ambos en la región oeste de Paraná. Los datos se obtuvieron mediante la observación participante, entrevistas en los campamentos y anotaciones en un cuaderno de campo. El grupo social de los trabajadores rurales sin tierra está formado por un grupo de familias que regresaron a Brasil a principios de la década de 2000 y se unieron al MST

¹ Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras - UNIOESTE (2021), Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre - UFAC (2013), Especialista em Literatura e Pesquisa pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1996) e graduada em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (1992).

tras la experiencia de vivir en Paraguay. Los análisis de las narraciones retoman las memorias de lucha y resistencia que conforman el tiempo de espera de la tierra. En este sentido, las interpretaciones de las posibilidades conclusivas reflejan las estrategias de resistencia, lucha y espera por la tierra después de las ocupaciones/desalojos, así como de las constituciones de "lugares" familiares y colectivos dentro de los campamentos que definen lo provisional en un largo "tiempo de espera" para el periodo de existencia de cada campamento (entre 5 y 15 años en 2019), son tiempo y espacio materializando la lucha y la resistencia en la experiencia del trabajador acampado.

Palabras clave: Etnografía. Campamentos del MST. La resistencia. La espera.

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida para iniciar este artigo envolve a possível compreensão e a apresentação necessária do “tempo ativo na espera”² constituído de experiências e estratégias de luta de trabalhadores sem-terra enquanto vivem em Acampamentos MST. Durante a pesquisa etnográfica realizada entre 2018 e 2019 no período de doutoramento no PPGSCF/UNIOESTE houve um contato direto com o cotidiano de dois Acampamentos do MST: Sebastião Camargo em São Miguel do Iguaçu e Chico Mendes em Agro Cafeeira (Distrito de Matelândia), ambos na região oeste do Paraná. A partir dessa aproximação com as famílias de trabalhadores sem-terra, observou-se que havia a necessidade de pensar o tempo como categoria de análise. Foi exercitando a reflexão sobre o tempo que a “espera” destacou-se no contexto e a condução de toda a discussão foi envolvida por análises, teorias e problemas provenientes de diversas áreas de conhecimento no campo das humanidades. Esse enfoque analítico exigiu um encontro de disciplinas para excluir, distanciar, aproximar e/ou aperfeiçoar as discussões científicas envolvendo o tempo.

O artigo inicia pela contextualização da relação da pesquisa com a ideia de “tempo ativo na espera” envolvendo a organização de referenciais teóricos e dados coletados após a pesquisa etnográfica, já que a luta, resistência e espera passam a ter um papel insistente e preponderante para pensar a experiência dos trabalhadores rurais sem-terra que se movimentam e praticam o espaço, enquanto, cronologicamente, o tempo passa anunciando uma densidade temporal repleta de estratégias de permanência na terra ocupada.

Para a percepção do tempo vivido no acampamento, durante a observação participante, ancorar-se em Jhoanes Fabian foi necessário para compreender as formas oscilantes entre o pesquisador e o pesquisado. O autor destaca que muitas vezes o antropólogo constrói seu objeto,

² O “tempo ativo na espera” faz parte da discussão presente na tese de doutorado defendida em abril de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF/UNIOESTE). Este artigo reafirma as reflexões teóricas contidas na argumentação central da pesquisa. Na tese de doutorado os nomes dos entrevistados não são revelados e como estratégia de ocultamento.

o “outro”, a partir da negação de compartilhamento do tempo. Tal problematização elenca a reflexão necessária durante a pesquisa de campo, tornando claro que “[...] não há conhecimento sobre o Outro que também não seja um ato temporal, histórico, político” (FABIAN, 2013, p. 40) e que um distanciamento interfere na “intersubjetividade” e na relação com “outro”.

A partir das escolhas teóricas (FABIAN (2013); GEERTZ (2015) e CARDOSO OLIVEIRA (2006)) que conduziram a pesquisa, foi possível entender a espera pela terra durante longo tempo no Acampamento Chico Mendes (15 anos em 2019) e Sebastião Camargo (5 anos em 2019). As famílias acampadas participantes da pesquisa possuem experiências temporais que envolvem a ida ao Paraguai e o retorno ao Brasil, o partir/ficar, além do ocupar/esperar. Aquele que não viveu a experiência de migrar, retornar e se inserir em um contexto de luta pela terra, talvez não consiga compreender, a espera pela reforma agrária durante um tempo longo vivendo de maneira provisória. Pode ser complexo entender o morar no acampamento, normalmente, em condições avaliadas pelo próprio olhar do acampado como precárias, sem estar atento ao valor simbólico das habitações em lona. São realidades diferentes entre pesquisador e pesquisados, o que dificulta alguns enfrentamentos relacionados a esse modo de viver para alguém que tem diante de si a pesquisa etnográfica. O principal argumento levantado por Fabian insinua o papel dinâmico e ativo do pesquisador nos trabalhos de campo para, além de adquirir o “sentido” da vida dos grupos pesquisados, também “se colocar dentro desse sentido” (FABIAN, 2013). Um reconstruir-se contínuo presente em todos os momentos da pesquisa de campo. “Situá-los, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal” (GEERTZ, 2015, p.10), entretanto, apenas com uma postura comunicativa e de respeito ao outro é que a aproximação com o grupo estudado poderá ser mais completa e significativa.

A partir da compreensão do tempo vivido dentro do acampamento e das experiências constituídas pelos despejos (insistentes na memória individual e coletiva de luta), buscou-se atenuar o processo complexo que o tempo ativo na espera representa. Com isso, a forma de morar é também interpretada como uma estratégia simbólica de resistência com a construção de habitações reconhecidas como “barracos de lona” que além dos significados ocultos também fornecem estratégias de mobilidade para o trabalhador sem-terra em situações de tensões e despejos.

2. MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA E POSSIBILIDADES DE ESPERA

Na tentativa de abandonar os conceitos pré-concebidos no fazer etnográfico, surgia a necessidade de pensar a partir da teoria de Geertz com a “descrição densa” e o “estar lá” como pontos importantes na interpretação e na compreensão etnográfica (GEERTZ, 2015). A busca de

significados seguiu pistas construídas pelas famílias de trabalhadores sem-terra acampados, sendo que as experiências e o cotidiano dos atores mostraram que significados foram construídos e reconstruídos durante o convívio deles no acampamento. Torna-se necessário destacar que as entrevistas e aproximações aconteceram, especificamente, com as famílias retornadas do Paraguai e engajaram na luta pela reforma agrária ao se instalarem em acampamentos do MST.

Os comportamentos dentro da coletividade, do “todo complexo” (GEERTZ, 2015), possibilitam singularidades ao modo de estar e ser nos Acampamentos. Foi possível perceber que embora exista um jogo social com base em normas internas que organizam o MST, há a individualidade em diversas situações. A relação de cada trabalhador acampado com o espaço ocupado, com as práticas diárias e com o tempo vivido possui significados próprios para cada um. Com base na reflexão de Geertz foi preciso recusar esquemas universais em prol da participação do olhar local, na experiência etnográfica, essa postura propiciou uma interação melhor na pesquisa de campo, na atenção ao tempo dos acampados e evitar as armadilhas do julgamento e do senso comum em relação ao próprio movimento MST. O “estar lá” foi importantíssimo, mas o “estar aqui” é de certa forma instigante e bastante discutido por Clifford Geertz (2005) que menciona o nervosismo ao “[...] pretender explicar o outro enigmático sob a alegação de ter convivido com ele [...]” (GEERTZ, 2005, p.171). Existe uma insistente necessidade de diversificar as formas de pesquisar/decifrar a realidade pesquisada para “adaptar-nos a uma situação ao mesmo tempo fluida, plural, descentralizada e irradicavelmente desorganizada” (GEERTZ, 2014, p. 26). A perspectiva de Geertz, vinculado à corrente antropológica interpretativa, entende a cultura como um sistema de símbolos e pode ser variável, com sua própria dinâmica capaz de interagir e moldar as bases externas ou materiais, sobre as quais podem ser feitas interpretações, e, a partir delas, torna-se perceptível a rejeição aos esquemas universais de estudar um grupo social como o de acampados, por exemplo. O antropólogo usa a ideia de teia produzida dentro de um sistema compartilhado. O que representa as concepções culturais de um grupo são os mitos, os rituais e os símbolos. Victor Turner (2013) completa a ideia acrescentando que há significados desconhecidos pelos próprios membros do grupo, sem terem a consciência desses saberes, sendo possível e até mesmo conveniente uma interpretação externa a esse grupo. Os símbolos expressam ideias e maneiras de pensar o/no cotidiano, na realidade vivida pelo grupo e podem ser polissêmicos, ou seja, muitos significados e diversos sentidos, provocando reações, intenções e sentimentos diferentes. Na realidade experimentada e experienciada no acampamento a partir da permanência na espera, os trabalhadores constroem seus significados em relação ao valor simbólico do “barraco de lona”, por exemplo.

Ao observar a provisoriedade do “barraco de lona”, a primeira impressão pode ser a de precariedade e ausência de política social. Na entrevista semiestruturada, havia a pergunta sobre a forma de viver em uma provisoriedade “quase” que permanente e como eles percebiam e

sentiam essa realidade. Com o objetivo de exemplificar e interpretar essa condição provisória vivida no acampamento e sustentada em um tempo de espera, este texto traz experiências do Acampamento Sebastião Camargo em uma das entrevistas. Os “barracos de lona” estão dispostos no lado direito da estrada principal, há energia elétrica e água encanada no espaço ocupado. Uma das trabalhadoras e moradora nesse acampamento, disse que não é autorizado fazer piso de cimento, cerâmica ou lajotas, pois todos sabem da provisoriamente de estadia no espaço e, por ser um bosque, não querem danificar o solo com ruínas de construções. Podem, no entanto, fazer paredes e assoalhos de madeira e deve haver a presença da lona preta, uma característica comum em Acampamentos do MST.

Os trabalhadores vivem em habitações, conhecidas como barracos, e com mínimo de conforto e apenas o necessário para manter o cotidiano. Nesse sentido, a referência da pesquisadora é a habitação urbana em bairros com saneamento, calçadas e esgoto, a dificuldade em habitar uma “casa” improvisada, como é o caso do “barraco de lona”, já significava uma certeza aos olhos de pesquisadora que é de “fora”. As dificuldades interligam-se ao clima da região, quando, no verão, o calor é intenso e, no inverno, as temperaturas baixas causam doenças respiratórias. Em resumo, a palavra que dava significado à condição era vulnerabilidade, naquele momento de observação. Com a regularidade de visitas e a convivência com os acampados, e antes de pré-julgamentos, foi necessário interpretar o que motivava o desejo de estar “em cima da terra”, mantendo a condição prolongada (5 e 15 anos) “debaixo da lona”.

Em entrevista gravada com uma moradora, apareceu como tema o viver na provisoriamente. Essa trabalhadora, desde criança, morou em acampamento com os pais; depois, no primeiro casamento com o marido e filhos e, após a separação, continuou no Acampamento Sebastião Camargo. À minha curiosidade sobre suas condições de moradia tão precárias, respondeu:

É só falta de conforto! Tu não tem conforto nenhum, não tem! Não tem conforto, né? Mas eu, pessoalmente, não me incomodo! Pra dizer bem a verdade pra você, eu não me incomodo. Eu me incomodo de a gente viver anos e anos da vida da gente, lutando, e, né? A autoridade tem, tem, tem, né, várias formas de ajudar a resolver e não ajuda, só atrapalha. Não me incomodo, eu digo de uma forma assim, ó, dizer assim, ó “eu vim ‘debaixo da lona’”, isso me irrita? Não! Isso não me irrita, porque eu tenho objetivo, **eu tenho um sonho para alcançar, que é ter uma vida digna e é por isso que a gente está aqui.** A gente tá aqui pra isso. Porque eu acho que desde que tu coloque teu sonho pra frente, nada é empecilho pra você de conseguir. Porque daí se eu dizer “eu vou me irritar com a lona, eu vou me irritar em dormir debaixo de um barraco?” tu não alcança o que você quer. Eu acho que você tem que buscar algo maior! Tem que colocar algo maior na sua frente, pra você... claro que não é fácil! (Trabalhadora rural sem-terra do acampamento Sebastião Camargo)

A entrevistada se atém à esperança de conquistar um “lote” a partir da resistência e luta coletiva, o que impulsiona a espera em condições sem conforto. Quando fala de sonho e da

realização dele ressalta que deve haver a contrapartida de sacrifício, como se fosse uma recompensa imaterial de caráter subjetivo. O “barraco de lona” também significa para a acampada entrevistada, uma forma de resistência e luta, mesmo sabendo que há inúmeras dificuldades geradas pelo desconforto. Entretanto, o sonho de conseguir conquistar a terra é mais agudo que o desconforto. Para ela, sem o sonho de conquistar “um pedaço de terra” não há luta. É o sonho que a mantém “debaixo da lona”. Há também o valor simbólico do barraco de lona que implica em transmitir a necessidade da reforma agrária, e isso se transforma em uma prática dentro do MST, ou seja, é necessário revestir a cobertura das casas com lonas pretas. Roseli Caldart (2000) alerta que essas habitações, classificadas como “barracos” dentro dos acampamentos, são marcas simbólicas do próprio movimento social. E essa habitação é construída, normalmente, na área que futuramente pode se transformar em assentamento, em outras situações, situam-se à margem de rodovias que dão acesso à fazenda onde se quer ocupar. Os barracos representam uma linguagem social com o objetivo de trazer a visibilidade da luta pela terra, além de sensibilizar e mobilizar a opinião pública, “[...] uma forma de reivindicar demandas sociais ao Estado, políticas públicas, nesse caso, desapropriação de terras para fins de reforma agrária” (LOERA, 2014, p. 24).

Quando os trabalhadores rurais retornados do Paraguai participou das ocupações ligadas ao MST e ergueu sua habitação com lonas pretas, eles confirmaram, simbolicamente, que são candidatos à reforma agrária. Da mesma forma, para o grupo em geral, a união dos barracos significa que aquele espaço físico é o que se pretende ocupar. Essa mensagem é comunicada ao Incra, e o Estado sabe que o próximo passo será ou não a desapropriação do imóvel rural. (CALDART, 2000). Muitos acampados utilizam essa prática, mas desconhecem a simbologia da lona preta. Esses símbolos são construídos pelo MST e o trabalhador recém-chegado também se apropria deles para se manter como parte do grupo.

A vida no acampamento possui muitas experiências compostas pela violência. Tanto o Acampamento Sebastião Camargo quanto o Chico Mendes passaram pela experiência do despejo e de constantes ameaças de despejo. A ocupação precede o despejo, quase como uma regra a ser seguida como estratégia de repressão. Comentando essa ordem cronológica, emerge a ideia da naturalização do despejo, ou seja, todo acampado sabe que pode ser despejado.

Os trabalhadores rurais acampados não aceitam viver nas periferias pobres urbanas e também não concordam com o modelo agrário/exportador executado pelos latifúndios existentes no estado. O posicionamento político dos trabalhadores sem-terra é um motivo para a estigmatização deles como invasores. Simultaneamente a isso há o poder do Estado, frequentemente aliado a setores conservadores, sendo que há o emprego de violência juntamente com formas invisíveis de poder simbólico, produzindo princípios de legitimidade que criminalizam os sem-terra. Entende-se o Estado como aquele que detém o monopólio de violência física e simbólica, como definiu Bourdieu a partir de Weber.

Há também um forte empenho em legitimar as ações violentas, formando a opinião pública, construindo subjetividades que aceitam a discriminação do grupo social composto por trabalhadores sem-terra. A caracterização dos trabalhadores sem-terra como “terroristas”, “invasores” é criada, isto é, aquele que, ao invés de trabalhar para “comprar” sua terra, precisa “invadir” a propriedade privada de outro para “ganhar” a terra. O mecanismo jurídico pertence a uma sociedade com leis equivalentes a armas com as quais a opressão é materializada ou os privilégios são preservados.

A trajetória histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra define as ocupações como estratégias de luta, bem como a posterior formação de acampamentos. Dessa forma, a ocupação e a(s) marcha(s) dão visibilidade à luta transformando-a em fato social, o que legitima o MST e seus objetivos. O movimento utiliza essas estratégias contra os órgãos responsáveis pela política agrária no Brasil cuja meta deveria ser a democratização do acesso à terra, mas encontra sempre uma força contrária aos ideais de divisão de latifúndios, o que resulta em despejos acompanhados pela violência.

Muitos fatos marcaram a história do MST³. Um deles é conhecido como o Massacre de Corumbiara⁴, ocorrido em Rondônia no ano de 1995; e o Massacre do Eldorado dos Carajás, ocorrido na rodovia estadual PA 150, estado do Pará, em 1996. Os dois massacres ficaram impunes. Devido a violência, foram transformados em fatos políticos fortalecendo a resistência do MST. Nesse sentido, a experiência de despejo, com violência policial, vincula os trabalhadores ainda mais à luta pela terra e aos ideais de reforma agrária debatidos dentro do MST.

O grupo de trabalhadores envolvidos na pesquisa de doutorado passaram pelas experiências de despejo e sabem que este é inerente ao acampamento, bem como a violência pode ou não acontecer. A espera, fortalecida pela luta pela reforma agrária, foi caracterizada pela experiência de despejo nos dois acampamentos. As memórias são de um tempo vivenciado e envolve narrativas que buscam na memória as diferentes e as semelhantes experiências dos acampados ao experimentarem a contrapartida do Estado, normalmente composta por violência. Nos relatos de cada um, a experiência do despejo associa-se à permanência na luta. Segundo o que foi narrado, aqueles que permanecem ligados ao MST após o despejo são símbolos de resistência e merecedores da terra.

³ Na região oeste do Paraná, a violência no campo também foi uma estratégia do Estado e das milícias. Sebastião Camargo era trabalhador rural, foi assassinado aos 65 anos durante um despejo ilegal da Fazenda Santo Ângelo realizado por uma milícia privada vinculada à UDR (União Democrática Ruralista), no dia 7 de fevereiro de 1998, no município de Marilena, noroeste do Paraná. Disponível em: mst.org.br/2016/12/16/mais-de-18-anos-depois-estado-do-parana-se-retrata-pela-morte-de-trabalhador-rural-sem-terra

⁴ Na página da CPT, há detalhes do massacre registrado no capítulo do livro *Corumbiara: caso encerrado*, de João Peres. Disponível em www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo

Dialogando com os acampados do Acampamento Sebastião Camargo, veio à tona a experiência de despejo de uma fazenda no município de Santa Terezinha do Iguaçu. Em março de 2016, as famílias acampadas no Acampamento Sebastião Camargo, deslocaram-se para a ocupação da Fazenda Santa Maria⁵ e em maio do mesmo ano foram despejadas. Ao lembrarem do despejo, constroem uma memória coletiva; suas conclusões sobre a experiência de despejo são diferentes. Cada memória pessoal é um ponto de vista referente à memória coletiva. A narrativa demonstra a lembrança dos detalhes mais significativos, considerando a presença da violência dos policiais:

Ai, ali foi uma experiência horrível, foi uma experiência assim, ele falou assim... Eu tava subindo, né, ele disse pra nós, pros piá⁶ que tava junto “Vocês põe tudo a mochila no chão e põe a mão para trás”. Eu pensei: eles vão metralhar, né? Daí tava meu filho, tava sobrinha do meu ex-marido, tava minha ex-cunhada, nós tava nuns oito, assim. Aí eu não, porque eu estava com meu filho deficiente, né? Meio que entenderam, aí ele falou: “A senhora fica aí”. Aí eu falei: “Policial você vai matar o meu filho?” Ele não respondeu. Daí eu falei assim: “Se o senhor vai matar, o senhor me avisa porque daí eu quero virar as costas, eu não quero ver”. Aí ele não respondeu e eu falei assim: “Vai matar eles? Vai fazer que nem fizeram lá com o Camargo?”, que é o Sebastião Camargo, né? (Entrevista concedida em 15/10/2018)

Uma lembrança bastante individual na qual a entrevistada ressalta seus receios, suas angústias e seu desespero. A narrativa é composta por outras pessoas presentes no momento do confronto, é uma descrição de um evento coletivo. Além disso, é estabelecido não só um julgamento de valor à experiência, qualificada como “horrível” pela violência sofrida por ela, mas também pelo que lembrou de outros conflitos em outros acampamentos. Esse fato, ao ser revivido, a fez lembrar de outro do qual ela não participou, mas foi construído pela memória coletiva por meio das narrativas que os grupos vão formulando e mantendo vivo na memória coletiva do grupo. Os trabalhadores que acampam reconhecem a possibilidade do despejo quando ocupam a área. A construção de barracos também adquire sentido quando se pensa em despejo; há uma orientação da organização do movimento social para que as habitações sejam provisórias antecipando a possibilidade de serem despejados. Aliado a tudo isso, a resistência após o despejo é fortalecida e o tempo de espera é expandido.

A assimilação das lembranças de despejo são diferentes para os membros do grupo social que passou pela mesma experiência. Outra acampada entrevistada também narra os fatos com outros detalhes.

⁵ A fazenda Santa Maria, localizada no município de Santa Terezinha do Iguaçu, na região oeste do Paraná, foi ocupada em março de 2016. Na ocasião, os possíveis proprietários estavam envolvidos no desvio de dinheiro público na Petrobrás, citados nas delações do doleiro Alberto Youssef e do lobista Fernando Moura, durante as investigações da Operação Lava Jato. As famílias moradoras no Acampamento Sebastião Camargo ocuparam a fazenda esperando uma negociação do Inca, já que havia irregularidades na propriedade, mas não obtiveram êxito e foram despejadas em 18 de maio de 2016, com a presença de policiais e bastante violência. (LOBREGAT, 2021)

⁶ Variante Linguística regional paranaense que significa menino, garoto.

Dentro de dois meses, fora de lá de novo! Chegamos aqui, fiquemos, nossa! Foi muito sofrimento! E era ainda num dia chuvoso! Chuva, chuva! E o pessoal com as coisa molhando! Tudo na chuva e os policial escoltando o pessoal daqui.

_Mas foi violento ou não? (Cristina)

_Não, não foi violento por causa de que nós saimo de lá. Se nós tivesse ficado dentro das casa... Por causa de que quando falou que a polícia já tinha entrado por cima na sede, nós tinha saído pra BR. Daí a polícia entrou lá e não encontrou ninguém, mas se eles encontrasse lá nós, seria violento, eles ia bater mesmo! Mas o pessoal já sabia, já! O pessoal que levou nós, porque eles pegaro e sairo tudo, sairo na frente. (Entrevista concedida em 27/11/2018)

O ponto de vista da segunda entrevistada sobre a violência dos policiais se diferencia da narrativa anterior e já citada. A experiência descrita no segundo fragmento mostra que a ação de despejo não gerou trauma como a da anterior. O sofrimento nesse caso aparece como característica pós-despejo, quando as “famílias” retornaram ao Acampamento Sebastião Camargo e ficaram juntas em um mesmo espaço, sem suas residências, muitos sem os pertences pessoais e todos sem a terra que almejavam conquistar. Segundo as histórias que os acampados narraram, todos dividiram o espaço do barracão do ITEPA⁷, amontoados e vivendo coletivamente por vários meses, pois, com a ação do despejo muitos barracos foram destruídos. Os despejados, sem recursos para construir novas casas, não tinham em suas posses muitas coisas além de roupas, documentos e panelas. Necessitaram de meses para iniciarem a montagem de novos barracos no local.

O despejo ocorrido em Santa Maria é narrado com ênfase e detalhes de violência pela terceira trabalhadora entrevistada. Na ocasião do despejo, a estratégia dos acampados foi fugir até a BR 277. Como relata a primeira entrevistada havia poucas pessoas no momento do despejo “surpresa”, pois a maioria dos acampados estava em atividades de trabalho fora da ocupação.

E como a gente foi para Santa Maria e foi um despejo trágico, não sei se você viu! Se nós não tivesse saído pra BR, nós tinha sido queimado lá dentro, eu não sei o que acontecia. Nós saimo, né, assim que a gente soube veio o batalhão de choque em peso! É uma coisa como se fosse uma guerra! Pra despejar nós! Aí viemos pra BR encontrar eles, eles na BR, ali no portão de Santa Maria. Eles não tavam deixando ninguém entrar, reportagem nenhuma. Eu não sei o que que eles iam fazer com nós ali, não sei qual era a estratégia. Como eles foram surpreendidos com nós tudo na BR, mudou né? O meu filho mais novo foi um que caiu por causa de gás, né? Spray e gás de pimenta! Sete criança desmaiou na beira da BR. Muita bomba de gás, o meu filho foi um que caiu. Muita bomba de gás e pimenta, muita covardia e tinha pouca gente na época. A gente acampou lá com mil e quinhentas pessoas, durante três meses chegou a quase três mil. No dia do despejo como a gente foi pego desprevenido, tinha muita pouca gente. O povo saía trabalhar, né? Trabalhar e se virar, já tava mais tranquilo assim. Foi muito assim, foi do golpe, quando aconteceu o golpe com a Dilma, o despejo veio junto. Então permanecemos na área de fevereiro até

⁷ ITEPA (Instituto Tecnológico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária), instituição que funcionou até 2014, foi desativada devido à ausência de recursos federais.

maio, até maio quando veio o golpe da Dilma e o brinde foi pra nós. Porque veio o despejo junto! (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Essa narradora interpreta e baseia-se no argumento referente à força política que se iniciava após o *impeachment* de Dilma Rousseff e àquilo que a fazenda, citada durante a investigação Lava Jato, representava. Para os acampados, estava muito claro que com a mudança de governo em 2016, as políticas também mudariam as estratégias, e o despejo passaria a ser uma realidade com bastante recorrência. A ocasião latejava a suspeita de despejo e ao mesmo tempo fortalecia a resistência.

O despejo experienciado pelos acampados de Sebastião Camargo não se restringe apenas a agressões física e/ou verbal e mortes que entram em estatísticas. O despejo nunca será pacífico, pois é um deslocamento forçado não só de um espaço geográfico, mas de um espaço praticado, onde se constroem relações entre os vizinhos, do cultivo no quintal, das amizades entre os filhos dos vizinhos, reelaboração das mobilidades e o significado dado à possibilidade de ser assentado. A violência está também na desconstrução do vivido e experienciado no espaço ocupado e, posteriormente, praticado.

Durante a pesquisa etnográfica, a temática do despejo era ressaltada nas falas dos entrevistados. Conforme dados do relatório da CPT– Caderno Conflitos no Campo/2018, no ano de 2018, aconteceram 1124 conflitos no campo o que justificava o receio deles sobre os rumos que um novo governo poderia tomar. Com a posse do presidente eleito Jair Bolsonaro, em 2019, o número de conflitos no campo aumentou para 1254, acompanhados de 28 assassinatos, mas ainda não há dados levantados e publicados referentes a 2020, um ano marcado pela pandemia do Covid-19.

Em 2018, durante a etnografia, um dos pontos interessantes nas narrativas dos trabalhadores do Acampamento Sebastião Camargo é que todos que falaram da ida à Fazenda Santa Maria, exaltaram o número expressivo de “famílias”, uma grande romaria, o que traduz uma das estratégias de ocupação do MST. Além disso, tais narrativas de caminhada das “famílias” até a fazenda destacam as lembranças semelhantes entre os membros do mesmo grupo. A forma de interpretar o despejo é um tanto individual, mas juntando as peças forma-se uma coletividade. Quando o morador do acampamento passa pela experiência do despejo, o seu engajamento é mais intenso pelo significado do ato simbólico que fortifica a resistência. Para o acampado recém-chegado, o despejo não possui o mesmo significado que para o morador mais antigo com experiência de despejo. Tal experiência desenvolve um vínculo com o ideal de conseguir uma terra para trabalhar. Isso demonstra que as recordações possuem aspectos tanto pessoais como coletivos e se articulam, entretanto, a dimensão social da memória faz dos entrevistados os verdadeiros protagonistas da própria história. O trabalhador que passa pela experiência de ocupação e despejo desenvolve uma identificação maior com a luta pela terra enquanto espera

conquistá-la. É durante a espera que as histórias de um tempo vivido são contadas aos novos integrantes e aos filhos, marcando na memória um fato político utilizado como argumento de visibilidade do MST. Nesse contexto, o lembrar é um ato político de resistência e luta.

O tempo de espera não é imóvel, é um esperar em movimento e, a partir das experiências do grupo, as estratégias de permanência e resistência vão se materializando em ações anteriores e posteriores ao despejo. No Acampamento Chico Mendes, a tentativa de despejo aconteceu logo após a ocupação, entretanto as estratégias de resistência atingiram êxito, e conseguiram permanecer no local que ocuparam em 2004. As narrativas são compostas de orgulho por vencer a luta. Enquanto narravam a história acontecida há quinze anos, era possível entender os motivos do vínculo de cada um com aquele “pedaço de chão” e, sobretudo, com o MST. O movimento social, com mais de trinta anos de história, teve expansão e conquistas como resultados da resistência, luta e até mesmo de fatos de violência contra lideranças e integrantes do movimento. Esse caminhar faz com que o MST mantenha na agenda política a questão da reforma agrária, propondo, através da luta, outro caminho para um tipo de desenvolvimento avesso ao agronegócio. Em 2019, completam-se quinze anos, quase a metade da existência do MST, que os acampados do Chico Mendes estão vivendo no mesmo espaço, sobrevivendo às ameaças de despejo intensificadas a partir de 2017. Antes disso, logo depois da ocupação, o acampados foram vitoriosos no enfrentamento com a ameaça de despejo.

Sim, naquele tempo o Movimento tinha muita pessoa. Daí veio ali a polícia para tirar nós, mas não chegou ali no acampamento. Ficou, ficou assim, pra lá assim que vai pra Matelândia não tem uns pé de eucalipto?

_Sim. (Cristina)

_Então, lá nós derrubamos eucalipto na estrada e não deixemo eles passar. (Entrevista concedida em 17/04/2019)

A narrativa traz a experiência de enfrentamento para se manterem acampados. Antecipadamente à chegada da polícia foi feita uma barreira na rodovia estadual, PR 597, antes da estrada de pavimentação poliédrica que dá acesso ao Acampamento Chico Mendes. Durante os quinze anos de acampamento, foi apenas essa a tentativa de despejo envolvendo policiais. Depois disso, só recebem ameaças da proprietária da fazenda e visitas inesperadas de homens desempenhando o papel de “seguranças” da proprietária. Atualmente, o processo de ocupação está na via judicial, um novo caminho que seguem para tentar a Lei de Usucapião, devido à morosidade do Incra para definir questões de desapropriações, e a reforma agrária está em segundo plano no contexto político.

A tentativa, real e aparelhada, de despejo no Acampamento Chico Mendes aconteceu em 2004, após cenário de violência nos anos anteriores, com massacres pelo país, o que pode ter sido um impeditivo na decisão de repressão policial mais violenta, como também pode ser que a barreira de mulheres e crianças feita pelos acampados (narradas durante as entrevistas) tenha sido

um implicativo para não gerar o “fato” que costumeiramente mexe com a opinião pública. Quanto mais o Estado ou as milícias privadas reprimem, mais fatos políticos são criados e mais vínculo do acampado com o MST vai sendo construído enquanto a espera pela terra continua de forma diversificada e densa. A experiência de despejo os transforma em trabalhadores rurais militantes mais fortes e legitimados na realidade interna do acampamento. O tempo composto de lembranças vai dando significados à luta e à resistência de maneira protagonista.

O “estar inserido” na luta e na resistência é uma alternativa para a conquista de cidadania e, sobretudo, os espaços de luta são caminhos possíveis de integrar os trabalhadores rurais acampados aos direitos de grupos sociais dos quais sempre foram excluídos. O acampado protagoniza a própria história enquanto espera. A vida dele no acampamento constitui-se num longo e demorado processo envolvido por várias lutas que deixam as experiências como sementes para germinar novas estratégias de resistência.

Não há como dar um único significado à realidade dinâmica do acampamento, visto que uma parcela dos integrantes está mais envolvida com o MST, pelas experiências construídas dentro do movimento, mas há também uma rotatividade constante de famílias o que torna diferente a realidade do acampamento em relação ao assentamento

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar o texto significa elaborar algumas respostas, entretanto muitas perguntas podem nascer das possíveis certezas, pois apreender sobre as relações sociais pode abrir novos significados durante a observação da vida de trabalhadores rurais sem-terra em Acampamentos do MST, sobretudo quando a experiência temporal vai ressignificando a forma de “ser” e “estar” em um espaço de acampamento.

Realizar a pesquisa de doutorado dentro de acampamentos do MST exigiu persistência, em 2018, e envolvimento político com a causa da luta pela terra, em 2019. Com a etnografia, a compreensão de que o papel de pesquisadora se dissolveu no cotidiano vivido dentro dos acampamentos; a manutenção da relação com o interlocutor fundava o envolvimento com o sonho deles de conquistar a terra. Pode ser que essa postura subjetiva tenha ofuscado a forma de ver ou ajudado a não atribuir julgamentos de valor caros àquele que faz etnografia.

O espaço/tempo de acampamento ressignificam a forma de “ser” e “estar” no mundo. Analisando o tempo de espera, foi possível compreender a vida social do grupo de trabalhadores sem-terra participantes da pesquisa, pois este tempo é constituído dentro das peculiaridades e das necessidades construídas social e culturalmente a partir das relações estabelecidas. Da mesma forma, a memória, nesse contexto, também é um trabalho do tempo. Cada entrevistado atribui um significado às suas experiências e dimensiona a relação dele com a terra, com a luta e com a

resistência. É também nas experiências de um tempo passado que os trabalhadores identificam-se com a luta e com as práticas cotidianas em uma realidade campesina e da mesma forma traduzem nos modos de sentirem-se integrados ao movimento social como a alternativa que possibilita a posse de terra.

Para os trabalhadores sem-terra, manterem-se nos acampamentos é um desafio diário. Os “barracos de lona” improvisados, a ausência de políticas de reforma agrária, as ameaças de despejo, as novas leis e medidas provisórias do governo (ampliação de posse de terras em propriedades rurais pela Lei nº 13.870 /2019, a regularização fundiária com a Medida Provisória nº 759/ 2016 e a Medida Provisória nº 910/ 2019), os despejos durante a crise sanitária, as posturas do Presidente do Brasil frente à reforma agrária, simbolizam um momento político preocupante para quem está inserido no MST, incluindo acampados e assentados. Para os acampados há muita clareza nas ameaças, pois elas são contundentes, constantes e remetem às experiências vividas durante outros governos.

Este pode não ser o momento de conclusão, pois o artigo é apenas um recorte pequeno do todo da pesquisa de doutorado e de todo o universo que a temática de estudo possibilita. A pesquisa necessita de “outros” olhares sobre a temática para que se expanda a análise e reflexão sobre os limites e possibilidades do viver em uma espera em movimento e contínua.

REFERÊNCIAS

- CALDART, Roseli Salete. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. Estudos Avançados, v.15, nº43, São Paulo, 2001.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. Lei nº 13.870, de 17 de setembro de 2019, Brasília, 2019.
- BRASIL. Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016. Brasília, 2016.
- BRASIL. Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019. Brasília, 2019.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2006.
- FABIAN, Jhoannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabeleceu seu objeto*. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- LOERA, Nashieli Rangel. *Tempo de acampamento*. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2014.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, nº10, 1992.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.